



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA – CRMV-CE

RESOLUÇÃO CRMV/CE Nº 01/2018, DE 01 DE MARÇO DE 2018

Ementa: Institui o Cargo em Comissão de Assessor Técnico de Fiscalização e dá outras providências.

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará – CRMV/CE, no uso da atribuição que lhe confere a letra “r” do artigo 4º do seu Regimento Interno, baixado pela Resolução nº 591, de 26 de junho de 1992, do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV);

Considerando a necessidade de assessorar tecnicamente a Fiscalização do CRMV-CE;

Considerando as Resoluções do CFMV nº 904/09, 905/09, 1.018/2012 e 1201/2017;

Considerando o Memorando 57/2018/CRMV-CE e o fim da Coordenadoria Técnica de Fiscalização;

Considerando o inciso XVII do art. 7º da CF/88;

Considerando o disposto no parágrafo §4º do art. 59 e do art. 130-A, ambos da CLT;

Considerando os Acórdãos nº 65.999/2007 do TJ/MA e a AC com Revisão do TJ/SP nº 9181534-06.2009.8.26.0000 São Paulo;

Considerando o Acórdão da 8ª Turma do TST nº RR-707/2013-079-15-40.8 e os precedentes nºs RR-4/2006-008-10-40; RR-2143/2004-075-15-00; RR-2437/2002-075-15-00; RR-1102/2005-124-15-00; AIRR-81/2005-081-15-40; e RR-916/2003-111-15-00 ambos do Tribunal Superior do Trabalho;

Considerando a 120ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 16 de fevereiro de 2018.

RESOLVE

Art. 1º. Criar o cargo em comissão de Assessor Técnico de Fiscalização do CRMV/CE.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA – CRMV-CE

Art. 2º. O ocupante do cargo de Assessor Técnico de Fiscalização é demissível *ad nutum*, isto é, não há necessidade de processo administrativo nem de qualquer motivação para a exoneração do cargo.

Art. 3º. O ocupante do cargo de Assessor Técnico de Fiscalização deverá ser obrigatoriamente um médico veterinário com inscrição principal no CRMV-CE, atuante, que esteja quite com este Conselho de Classe e não esteja cumprindo penalidade administrativa.

Art. 4º. O Assessor Técnico de Fiscalização não fará jus ao recebimento de horas extras, nem tampouco haverá recolhimento de FGTS bem como da multa de 40%.

Art. 5º. O Assessor Técnico de Fiscalização terá direito a férias conforme disposto no art. 130-A da CLT.

Art. 6º. No caso de solicitação de desligamento por parte do Assessor este deverá comunicá-la ao CRMV/CE por escrito devendo permanecer no cargo por até 15 (quinze) dias, se no interesse do CRMV/CE, recebendo a remuneração proporcional a esse período.

Art. 7º. O Assessor Técnico de Fiscalização submeter-se-á a regime de integral dedicação ao serviço, inclusive, podendo ser convocado sempre que houver interesse do CRMV/CE.

Art. 8º. A título de remuneração o Assessor Técnico de Fiscalização receberá o valor de R\$ 5.724,00 (cinco mil, setecentos e vinte e quatro reais) mensais, que ocorrerá pelo elemento de despesas: 6.2.2.1.1.01.01.001.001 – Descrição: Salários, com a disponibilidade orçamentária do exercício de 2018, cujo valor é R\$ 593.085,96 (quinhentos e noventa e três mil e oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos).

Art. 9º. Esta Resolução entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 01 de março de 2018.

Méd. Vet. **Célio Pires Garcia**
Presidente
CRMV-CE nº 1157.VP

Méd. Vet. **Salette Lobão Torres Santiago**
Secretária-Geral
CRMV-CE nº 1325.VP